



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)

Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM)

Secretaria Executiva

UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ZONA DA MATA

Transcrição da 135ª reunião, realizada em 22 de agosto de 2018

Em 22 de agosto de 2018, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional Colegiada Zona da Mata (URC Zona da Mata) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), no auditório do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável localizado em Ubá, Minas Gerais. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: a presidente suplente Thaís de Andrade Batista Pereira, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Marcelo Caio Libânio Teixeira, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Igor Messias da Silva, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Cláudio Pacheco Pereira, da Secretaria de Estado de Cidades e Integração Regional (Secir); Gláucia Cardoso Martins, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Renzo de Paiva Vieira Marques, da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (Setop); Shermila Peres Dhingra, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG); Anderson de Almeida Pereira, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG); Vicente de Paulo Pinto, da Prefeitura Municipal de Ubá. Representantes da sociedade civil: Henrique Damasio Soares, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); José Januário Carneiro Neto, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Túlio César de Lucca Pereira, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas); Robbin Le Breton, da Sociedade Amigos de Iracambi; Egídio Freitas Moraes Júnior, do Instituto Ambiental Sol do Campo; Isaias Simeão, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-MG); Glauber Araújo de Freitas, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel). **Assuntos em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “Boa tarde a todos. Meu nome é Thaís de Andrade, eu sou coordenadora de Controle Processual e Auto de Infração do IEF, estou aqui designada hoje pela pessoa do subsecretário de Gestão Regional da Secretaria de Meio Ambiente, D. Diogo, para exercer hoje a Presidência e fazer os comandos da pauta. Inicialmente, vamos registrar que temos quórum, 13 conselheiros presentes. E de pronto eu já agradeço a oportunidade e cumprimentando os conselheiros presentes, cumprimentando meus antigos colegas da Supram e também os demais que estão presentes, para que possamos dar andamento à reunião.” **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**

GERAIS. Conselheiro Cláudio Pacheco Pereira: “Eu trouxe uma apresentação rápida para divulgar um trabalho que está sendo feito na Copasa. Esse é o programa que a Copasa tem implantado, o Pró-Mananciais, Programa Socioambiental de Proteção e Recuperação de Mananciais. Nós vamos apresentar referente às Bacias do Ribeirão Ubá e Ubá Pequeno, aqui no município de Ubá. As barraginhas. Construção de barragens de contenção de água de chuva, com objetivo de promover a infiltração da água em rápido espaço de tempo entre uma chuva e outra, de modo que ocorram inúmeras recargas durante o ciclo chuvoso, elevando o lençol freático nos locais em que ocorram enxurradas volumosas e erosivas, barrando-as e amenizando seus efeitos desastrosos, retendo juntamente materiais assoreadores e poluentes, como solo, adubo, agrotóxico e outros, que iriam diretamente para os córregos e mananciais, provocando contaminação e outros danos. As barraginhas serão construídas nas comunidades da Bacia, conhecidas como Comunidade Miragaia, no ribeirão Ubá, e Ubá Pequeno, no ribeirão Ubá Pequeno. Atualmente, foram construídas 27 barragens. Colocamos o total de horas/máquina. Como é sabido, a construção da barragem são poucas horas, relativamente poucas, em torno de 3 a 4 horas de máquina para cada barragem. E nós trouxemos mesmo para mostrar o relatório fotográfico para ilustrar o trabalho que vem sendo feito nessas Bacias. Os proprietários: Ivo Gomes, José de Castro... As barragens em construção. Uma que ainda não recebeu água. Propriedade de Marcelo; de Mariana, já com enchimento, já cumprindo sua função de armazenamento de água. Propriedade de Rodrigão, propriedade de Valdeci, Valtinho, prontinha também, concluída. Nós temos uma estrutura de serviço de atuação socioambiental. Alguns conselheiros chegaram a perguntar. Esse serviço está bem estruturado, com pessoal destinado a essas ações socioambientais. E queremos mostrar então o que está previsto para esse período chuvoso agora de 2018. São 12 mil metros de cercamento de nascentes e matas ciliares nessas duas microbacias, visando proteger essas áreas de pisoteio de animais, promover a regeneração natural da área isolada. Sendo que o serviço já foi licitado e contratado, com previsão de início dos trabalhos para o mês de setembro de 2018. Plantio de mudas nativas: previsto o plantio de 5.000 mudas de espécies arbóreas nativas visando à recuperação de matas ciliares, entorno de nascentes. Previsão para novembro de 2018. Esse trabalho de plantio de árvores é contratado com garantia de acompanhamento de um ano. Para reposição de mudas que foram perdidas, que não sobreviveram, tem um acompanhamento de um ano. E aliado a essa preservação de microbacias, a Copasa também promove ações de educação socioambiental através do programa denominado Chuá Socioambiental, que atua nas escolas de ensino fundamental disseminando valor de preservação para os alunos. Ressaltando aqui as parcerias. Está sendo usado um sistema que é chamado de Colmeia, em que estão

envolvidos todos os órgãos ambientais, como Codema, Polícia Ambiental, prefeitura, diversos órgãos de ensino também, relacionados com a parte de educação ambiental. E essas ações estão bem implementadas, com recursos definidos, e nós esperamos que tenham ótimo resultado na proteção dos mananciais e melhoria da quantidade e qualidade da água.”

Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “Agradecer o conselheiro pela apresentação e parabenizar também pelas ações realizadas, de suma importância para a preservação dos recursos hídricos. Eu também queria deixar registrado aqui um agradecimento e cumprimentar os meus queridos colegas de IEF, o supervisor da Unidade Regional de Floresta e Biodiversidade Centro-Oeste; e a minha colega Dra. Rose, coordenador de Controle Processual. Sejam bem-vindos e obrigado por participarem também.”

Conselheiro Vicente de Paulo Pinto: “Eu queria dizer que sou testemunha desse projeto Pró-Mananciais. É com muita alegria que acolhemos. A prefeitura é parceira nesse projeto, inclusive, ajudando no cadastro dos proprietários rurais, abrindo as porteiças das propriedades rurais. E não é de agora, já é de há muito tempo. Anterior a esse projeto da Copasa, já foram feitos aqui 25.000 metros de cercamento de nascentes. Também um outro programa da Copasa, com 5.000 árvores plantadas e mais de 300 horas – no projeto anterior, não tem nada a ver com esse – de máquinas, construindo barraginhas e curvas de nível. Dentro de um projeto que é a APA Miragaia, que foi agora estabelecida com toda a documentação, uma área de 11.610 hectares. De modo que eu não posso me calar. Eu que há 15 anos critiquei demais a Copasa por não plantar árvore. Nós tínhamos uma ideia, uma imagem de que a Copasa não cuidava dos mananciais que ela explorava. E naquela época eu critiquei muito. Mas eu pude perceber hoje que as portas não se abriam naquela época, os órgãos não se abriam muito, não se permitiam muito. E a Copasa também era muito tímida com esse processo. Depois do advento da Lei Piau, a coisa entendeu, talvez por obrigação, mas hoje no município de Ubá a Copasa está fazendo um trabalho digno de muitos aplausos. De modo que eu queria agradecer então a Copasa, em nome da Prefeitura de Ubá, e dizer que nós continuamos parceiros e podemos fazer muita coisa ainda para essa área, essa APA Miragaia, constituída e que é a menina dos olhos de Ubá, dados os problemas que temos vivido ultimamente com a crise hídrica que assolou o nosso município.”

Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “Com certeza, conselheiro. Nós concordamos com as palavras. A Copasa desenvolveu um belíssimo trabalho, apresentado aqui.”

4) EXAME DAS ATAS DA 129ª, 130ª e 131ª REUNIÕES DA URC ZONA DA MATA.

Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “Vamos ao exame das atas da 129ª reunião, ordinária, de 15/12/2016, da 130ª reunião, ordinária, de 22/3/2017, e da 131ª reunião, ordinária, de 9/8/2017. Aqueles que concordam com a ata na forma em que foi escrita permaneçam como estão.”

124 Conselheiro Robbin Le Breton: “Só para entender. Por que demora tanto
 125 tempo para publicar essas datas?” Silvia Cristiane Lacerda Barra/Supram
 126 Zona da Mata: “Boa tarde. Meu nome é Silvia. Eu estou como diretora de
 127 Administração e Finanças. Respondendo ao senhor conselheiro Robin, a
 128 Supram não conseguiu finalizar o processo de licitação com fornecedor
 129 habilitado para realizar as transcrições de atas. Até o meio do ano passado,
 130 todas as atas da Supram e de diversas outras Suprams do Estado estavam
 131 sendo realizadas pelo contrato da SEMAD em BH. Então como eram
 132 diversas reuniões para serem transcritas, elaboradas atas, é só agora que
 133 nós conseguimos finalizar. Dito isso, a Supram hoje já tem uma empresa
 134 contratada, que está realizando todas as nossas atas. Então nesta reunião
 135 nós estamos aprovando três. Na próxima reunião, nós vamos aprovar o
 136 restante. É questão mesmo de licitação. Nem sempre é fácil concluir um
 137 processo. Às vezes você abre a licitação, o fornecedor não tem interesse ou
 138 o fornecedor que se classifica não tem a documentação adequada. Aí o
 139 processo é deserto, e temos que iniciar tudo de novo.” Presidente Thaís de
 140 Andrade Batista Pereira: “Antes do próximo item, agradecer também a
 141 presença e registrar o comparecimento à mesa do superintendente regional
 142 de Meio Ambiente da Zona da Mata, Ricardo Antônio do Nascimento.”
 143 Ricardo Antônio do Nascimento/Supram Zona da Mata: “Senhoras e
 144 senhores, boa tarde. Primeiramente, eu agradeço a presença de todos. É a
 145 primeira reunião de que eu estou participando com vocês, com os
 146 conselheiros. Por motivo de agenda, na última reunião, eu estava em Belo
 147 Horizonte. Ontem, também eu estava. Cheguei agora há pouco. De antemão,
 148 nós nos colocamos à disposição de todos vocês para o que precisarem junto
 149 à Superintendência Regional de Meio Ambiente, através do trabalho que
 150 temos desenvolvido. E mais uma vez agradeço a participação e peço
 151 desculpa por qualquer tipo de inconveniente que tenha surgido durante os
 152 trabalhos. Mas nós estamos aqui para tentar melhorá-lo a cada dia que se
 153 passa.” **5) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE**
 154 **REQUERIMENTO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL EM BIOMA MATA**
 155 **ATLÂNTICA EM ESTÁGIO DE REGENERAÇÃO MÉDIO OU AVANÇADO**
 156 **NÃO VINCULADO AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL. 5.1) Associação**
 157 **Nóbrega de Educação e Assistência Social – Edificação. Juiz de**
 158 **Fora/MG. PA 05020000302/16. Área de RL: 0,0000 ha. APP: 0,0000 ha.**
 159 **Intervenção Requerida: 9 indivíduos arbóreos. Intervenção Passível de**
 160 **Aprovação: 9 indivíduos arbóreos. Fitofisionomia: Floresta Estacional**
 161 **Semidecidual Submontana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio.**
 162 **Apresentação: NAR Juiz de Fora. Intervenção ambiental aprovada por**
 163 **unanimidade nos termos do Parecer Único. 5.2) Paraíso Golden Mark**
 164 **Empreendimentos Ltda. ME. Infraestrutura. Antônio Carlos/MG. PA**
 165 **090500000/17. Área de RL: 0,0000 ha. APP: 0,0000 ha. Área Requerida:**
 166 **16,6227 ha. Área Passível de Aprovação: 16,6227 ha. Fitofisionomia:**

Campo sujo. Estágio de Regeneração: Inicial e Médio. Apresentação: NAR Barbacena. Intervenção ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO. 6.1) Alfredo Luis Gomes de Souza. Tratamento químico para preservação de madeira. Visconde do Rio Branco/MG. PA 29002/2014/002/2015. Classe 3. Apresentação: Supram Zona da Mata.**

Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “Vamos abrir agora a discussão do item 6.1, para o conselheiro Glauber, da Abragel.” Conselheiro Glauber Araújo de Freitas: “Boa tarde a todos. Glauber Freitas, da Abragel, Associação Brasileira dos Geradores de Energia Limpa, uma associação focada em PCHs e CGHs. Sobre o processo 6.1, ao ler o documento que foi disponibilizado, eu fiquei com uma série de dúvidas. Eu acho que o empreendedor e a Supram poderiam esclarecer. Porque ficou com a impressão de que o empreendedor entrou com processo de pedido de análise de Licença Operação, e passou-se o prazo de 60 dias, prorrogáveis por mais 60 – 120 ao todo – sem o empreendedor se posicionar. Se tivesse sido isso, eu entendo que teria sido realmente um descaso do empreendedor em não ter se posicionado sobre o pedido de informações complementares. Como eu cheguei mais cedo – eu sempre faço isso, converso com os empreendedores –, ele me disse que não, que respondeu as informações complementares e que teve um item em que ele sugeriu algo diferente. Então eu gostaria que a Supram explicasse bem como foi esse processo, e o empreendedor também, para que todos os conselheiros possam votar. Porque simplesmente por ler o documento que foi disponibilizado nós ficamos muito sem informação, e é difícil opinar.” Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “Eu vou pedir aos senhores atenção aqui porque vou suspender a reunião por 5 minutos para que a Supram proceda a análise dos autos aqui, diante dos argumentos do conselheiro, para que emita a resposta.” Conselheiro Glauber Araújo de Freitas: “Presidente Thaís, você acha que seria cabível – não sei se o momento é agora – de o empreendedor explanar um pouco sobre o episódio dele, já que ele talvez saiba bem os detalhes da cronologia do que aconteceu? Ou não é a melhor hora?” Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “Vamos dar a palavra primeiro à Supram já que foi questionada. Aí passamos a palavra ao empreendedor, se for o caso. Senhores, nós estamos localizando o responsável para responder em nome da Supram. Eu vou sugerir que passemos esse item para os últimos itens de destaque, até que se localize. E aí passamos à análise dos outros destaques do 7.3. Pode ser? Todo mundo de acordo? Ok. Todos de acordo.” *** Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “Como dito, nós demos o intervalo para que o técnico da Supram pudesse comparecer. Voltamos então à pauta do item 6.1. Eu gostaria de pedir ao conselheiro Glauber para fazer novamente seu questionamento.” Conselheiro Glauber Araújo de Freitas: “O questionamento é o seguinte. Ao

ler o documento que foi disponibilizado para os conselheiros, a impressão que a gente fica é de que o empreendedor, cronologicamente, entrou com pedido de LO, deve ter ocorrido a vistoria – não fala quando foi. Imagino que voltou com pedido de informações complementares, e do jeito que está ficamos com a impressão de que o empreendedor não respondeu o pedido de informação complementar. Ao conversar com o empreendedor antes da Plenária, ele me disse que, sim, respondeu, e que teve uma das condicionantes em que ele fez uma sugestão de atendimento parcial, alguma coisa assim. E ficou por isso mesmo, e ele se deparou com o arquivamento do processo dele. Então eu queria que a Supram relatasse como se desenvolveu esse pedido de LO até o arquivamento e gostaria que o empreendedor também explicasse isso, para que todos os conselheiros possam escutar os dois lados e votar da forma mais consciente, porque trata-se de um pedido de arquivamento de LO. Eu acho que é algo muito frustrante para o empreendedor passar anos para conseguir licenciar seu empreendimento, LP e LI, e no momento da LO ele ter o seu processo arquivado. Então eu acho que tem que ser uma decisão tomada com muita cautela pelos conselheiros pelo arquivamento ou não disso.” Luciano Machado de Souza Rodrigues/Supram Zona da Mata: “Só repassando a cronologia aqui. O pedido de informação complementar foi feito no dia 1º de junho de 2017, e foi concedido o prazo de 60 dias, conforme existe previsão expressa no Decreto 44.844, que era a norma vigente à época. Decorridos 60 dias, as informações complementares não foram apresentadas dentro do prazo de 60. Foram apresentadas de forma intempestiva.” Márcia Aparecida Pinheiro/Supram Zona da Mata: “Na verdade, o empreendedor solicitou a prorrogação do prazo. Só que essa prorrogação foi posterior aos 60 dias. Então ela não tem validade. Foi intempestiva. Por isso o arquivamento do processo.” Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “Satisfeito, conselheiro Glauber? Mais algum questionamento?” Conselheiro Glauber Araújo de Freitas: “Eu acho que o empreendedor poderia explicar um pouco, confirmar essas questões. E aqui eu pergunto para o Dr. Elias. É obrigatório o posicionamento do empreendedor quanto ao pedido de prorrogação de mais 60 dias? Ou existe a prerrogativa de renovação automática e realmente após 120 dias é que o processo conclui?” Elias Nascimento de Aquino/Supram Zona da Mata: “Os analistas ambientais do processo informaram que decorreu o prazo de 60 dias e não houve solicitação tempestiva de prorrogação. Uma vez esgotado o prazo dado pela administração para prestar informação complementar, não existe previsão para que, após decorrido o prazo, prorrogue-se o que já está expirado. Então o que ocorreu na análise do processo é que não foram prestadas, dentro do prazo previsto em decreto, em regulamento, que foi o prazo dado dentro do máximo permitido pelo decreto, excetuando-se a possibilidade de prorrogação. Então o órgão ambiental, no caso, não tem a prerrogativa para,

de ofício, prorrogar caso o empreendedor não atenda os 60 dias. Do contrário, seria previsto que, não sendo atendido, o órgão ambiental deveria aguardar mais 60 dias antes de arquivar o processo. Então até mesmo para que consigamos atender os anseios da instituição de finalizar e de evitar que os processos fiquem em trâmite por um período superior àquele previsto na legislação vigente, é isso que a SEMAD está buscando, otimizar o processo de licenciamento, evitar que o processo fique por anos tramitando na instituição. E se Deus quiser brevemente nós vamos conseguir esse intuito. Em seis meses, encerrar os processos instruídos de RCA/PCA. E em 12 meses os processos instruídos de EIA/Rima. Nós estamos lutando contra o passivo com esse intuito. Em relação a informação complementar, não sendo atendida dentro do prazo, a medida que cabe em relação a esse processo, efetivamente, é o arquivamento.” Conselheiro Glauber Araújo de Freitas: “Realmente, eu noto esse esforço da Supram Zona da Mata, e não só a Zona da Mata, em reduzir os prazos de análise, mas eu queria fazer uma pergunta para os analistas. Quando é que o empreendedor protocolo o pedido de LO? Consequentemente, deveria ser agendada a vistoria de LO no prazo. E quando ocorreu essa vistoria? Ou seja, qual foi a data de protocolo de pedido de LO e qual foi a data em que ocorreu a vistoria nesse processo de LO.” Márcia Aparecida Pinheiro/Supram Zona da Mata: “A formalização do processo foi em 20 de agosto de 2015. A vistoria foi feita no dia 15 de maio de 2017.” Conselheiro Glauber Araújo de Freitas: “Aqui eu vou provocar uma reflexão tanto da Supram quanto dos conselheiros. Demoraram quase dois anos para fazer a vistoria de LO. O empreendedor ficou com o seu empreendimento pronto. Isso acontece muito no nosso setor, dos nossos associados da Abragel. O empreendimento estava pronto para operar no dia 20 de agosto de 2015, e a vistoria só foi ocorrer no dia 15 de maio de 2017, quase dois anos depois. Vocês não acham que esse empreendedor já foi muito penalizado também em demorar quase dois anos? De 20/8 a 15/5, são 21 meses para ocorrer a vistoria de LO. E ele perdeu alguns dias em relação aos 60, arquivar o processo dele? Não está meio desigual? No meu modo de ver como empreendedor, está. Então eu volto a dizer e gostaria que o próprio empreendedor trouxesse também. Eu acho importante sabermos qual foi o teor das informações complementares, qual era a complicação disso. Se a ideia aqui é agilizar o processo de licenciamento ambiental, é complicado também você ter que entrar com novo processo, nova vistoria, para ver o mesmo empreendimento. Então eu gostaria que o empreendedor esclarecesse e que os outros conselheiros opinassem.” Luiz Alberto Pacheco/Representante do empreendedor: “Meu nome é Luiz Alberto, sou representante do empreendedor. Em relação à licença, nós formalizamos todos os trâmites normais. Eu vou contar um pouco desde o começo só para entendermos. Nós formalizamos LP e LI, atendemos tudo que foi solicitado no processo de LP e LI. Teve a vistoria, solicitaram algumas informações,

296 pediram mudança, e uma das informações que foram solicitadas na LP e LI
297 foi uma das que foram solicitadas eu acho nas condicionantes da LO. Eu
298 falei que acho porque é um processo que tem mais tempo, e eu não o revisei
299 por inteiro. Mas vi que foi instalação de calha, e uma nova foi de tambores
300 para recipiente de lixo. Eu não sei se estou lembrando disso perfeitamente.
301 O processo estava dentro do escritório, e eu acabei chegando atrasado.
302 Quando foi solicitado pelo empreendedor para ele poder fazer instalação da
303 calha, na primeira informação complementar da LP e LI, foi justificado por
304 que ele não instalaria calha. Por causa do custo que ele teve, muito grande,
305 da instalação de toda a sua indústria. Hoje está em torno de R\$ 500 mil e
306 poucos, sem poder operar. Aí ele falou que a calha – foi apresentado isso
307 como informação – na época, mostrando que tinha uma grama, e nessa
308 grama a água ia cair, era direcionada para uma canaleta. E que,
309 posteriormente, quando saísse a Licença de Operação, e ele começasse a
310 operar, começasse a capitalizar novamente, ele ia instalar a calha e
311 comprovar. A questão dos tambores que eles pediram, na verdade, está
312 instalado, só que, quando foi protocolada essa informação para atender a
313 questão dessas duas que foram solicitadas, o prazo já tinha passado, porque
314 não deu tempo de instalar. Estava com esperança de conseguir instalar a
315 calha para sanar toda essa questão que foi solicitada. Não deu tempo.
316 Entramos com pedido de prorrogação de prazo. Se eu não me engano,
317 poucos dias, três, quatro dias após o vencimento do prazo, mas dentro dos
318 120; mas superior a 60 dias. O pedido de arquivamento, que estamos
319 pedindo para desarquivar, é porque nós vamos fazer o enquadramento hoje
320 da empresa, por exemplo, a empresa está instalada, parada, sem poder
321 operar; se formos enquadrar hoje pelo sistema de hoje, vai enquadrar como
322 LAC1, devido ao fator locacional, e já vai demorar novamente todo o
323 processo, todo o trâmite e custo de processo. O empreendedor hoje, a
324 dificuldade financeira está muito maior do que antes, porque hoje ele tem
325 uma dívida para pagar. Então por causa de três, quatro dias. Eu sei que é lei,
326 que tem que ser cumprida, mas a licença demorou dois anos. Não seria um
327 prazo de seis meses para poder analisar e emitir? Nós temos prazo, o órgão
328 também tem. Nós tentamos entrar em um acordo. Três, quatro dias. Será
329 que realmente temos que ser penalizados a esse ponto? Lembrando que
330 temos dois anos mais agora um ano praticamente do arquivamento até hoje.
331 Então são dois anos e meio em que o equipamento está parado,
332 depreciando e correndo risco ainda: se voltar a operar, será que o mercado
333 está tão bom quanto há dois anos e meio, três anos? Será que ele vai dar
334 conta de pagar o que está de financiamento? Como vai continuar? Então o
335 pedido hoje de desarquivamento é em relação a isso. Porque as informações
336 que foram pedidas não são significativas que causam ou possam causar
337 algum agravante, alguma degradação do meio ambiente. São apenas para
338 complementar uma separação ou até mesmo evitar uma erosão com relação

à calha. Já foi justificado.” Elias Nascimento de Aquino/Supram Zona da Mata: “Só destacar da manifestação do Luiz Alberto que foi solicitada a prorrogação de prazo após o vencimento do prazo. Não estamos aqui tratando de empreendedor que efetivamente prestou informação após quatro dias. E nós nunca fizemos o arquivamento de um processo que tivesse prestado informação complementar com quatro dias de atraso. Se tivéssemos o processo apto à análise, não nos agrada também arquivar um processo, porque isso não acaba com nosso problema de passivo, porque esse processo vai voltar para nós no futuro. Pior que isso, vai voltar um processo com estudos ambientais a serem analisados, não um processo com análise de cumprimento de condicionante. Nesse caso, é o que evidencia a análise. Os sistemas de controle, que deveriam estar implantados ao final da Licença de Instalação, que teve um prazo de pelo menos quatro anos – eu suponho –, o empreendedor formalizou a LO sem ter implantado sistemas que seriam necessários para dar início à operação. Mas se houve uma solicitação de informação complementar para adoção de providências em relação a sistemas de controle, e o empreendedor não tinha implantado, ele poderia, evidentemente, assim como há a previsão atual no Decreto 47.383, que alguma informação complementar que dependa de uma ação continuada e por um prazo superior ao prazo da informação complementar, ele pode apresentar um pedido de sobrestamento com o cronograma para cumprimento da exigência da informação complementar. Então o que nós temos aqui é um caso de um empreendedor que deixou de cumprir o prazo de informação complementar e, depois de expirado o prazo, pediu prorrogação. Não existe a possibilidade de prorrogar o que já não temos. Então como prorrogar o prazo que já expirou? A solicitação é prévia. Inclusive, salvo engano, tem previsão expressa no atual decreto de que, solicitada a prorrogação, tempestiva, não manifestando o órgão ambiental, considera-se prorrogado conforme solicitado. Isso hoje tem previsão expressa. Acontece que o empreendedor não foi diligente nem sequer para pedir a prorrogação do prazo dentro do prazo de vencimento das informações complementares. Efetivamente – eu repito –, não agrada ao órgão de análise arquivar um processo que, fatalmente, vai dar origem a um novo processo. Continuo a reflexão proposta pelo conselheiro. A SEMAD tem feito um esforço para zerar o passivo. Nós reconhecemos que nós temos. E se fôssemos considerar essa dificuldade operacional da instituição, que vem sendo superada a passos largos, nós jamais poderíamos arquivar um processo ao argumento de descumprimento de prazo pelo empreendedor. Nós não poderíamos autuar por descumprimento de condicionante ou por cumprimento intempestivo, porque o órgão ambiental também não está dando conta de cumprir os prazos. Nós não podemos esconder de ninguém que o órgão ambiental, como todas as instituições públicas da União, Estados e municípios, passam por dificuldades operacionais e que, por essa

382 razão, todo cidadão está imune e isento de cumprimento dos prazos
383 estabelecidos pela norma. Esses prazos, inclusive, nós estamos buscando
384 cumprir. E por parte do empreendedor é evidente. Nós temos 156 municípios
385 que são fiscalizados e licenciados pela Supram Zona da Mata, e o
386 empreendedor só tem o seu empreendimento para cuidar. Se ele não der
387 conta de cumprir esse prazo, ele tem que rever seus procedimentos,
388 evidentemente. O Estado, de sua parte, está fazendo seu trabalho para zerar
389 o passivo e cumprir todos os prazos da lei em relação a todo cidadão que
390 depende do serviço prestado pelo Estado. O empreendedor só tem o seu
391 empreendimento para cuidar. Se a consultoria, eventualmente, passa por um
392 aperto, talvez seria o caso de rever também os seus quadros para dar conta
393 de atender uma demanda crescente de seus clientes. Mas sem dúvida
394 nenhuma de que não se pode comparar a situação individual do
395 empreendedor, que tem o seu empreendimento para dar conta, em relação à
396 administração pública, que tem todo o conjunto de empreendimentos para
397 garantir que os prazos sejam cumpridos. E eu volto a afirmar aqui o esforço
398 da Secretaria de Meio Ambiente e das instituições vinculadas para que
399 passemos a cumprir. E a previsão é de que, dentro de no máximo dois anos,
400 consigamos zerar o passivo dos processos de licenciamento, e não vai mais
401 existir essa questão de descumprimento de prazo ou de se precisar de
402 priorizar um processo em detrimento de outro. Esse é o objetivo que nós
403 buscamos. E eu volto a dizer que não cabe isentar o cidadão ou o
404 empreendedor de cumprimento de prazos porque, em razão de dificuldades
405 operacionais, decorreu um prazo, não chegou a dois anos, evidentemente,
406 mas não é dizer que também é pouco. O prazo é grande, o tempo que
407 decorreu desde a formalização até a vistoria. Realmente foi um prazo maior
408 do que é previsto em regulamento. E o que nós fizemos ao arquivar o
409 processo... E arquivamos porque o empreendedor não só deixou de
410 apresentar informação complementar como fez o pedido de prorrogação
411 intempestivo.” Conselheiro Henrique Damasio Soares: “Só uma dúvida, por
412 gentileza. Com a entrada em vigor da DN 217, esse empreendimento em
413 questão alterou a classe ou teve excluída sua atividade na listagem? Eu
414 fiquei na dúvida aqui agora.” Elias Nascimento de Aquino/Supram Zona da
415 Mata: “Conselheiro, eu vou responder até com base na informação que o
416 representante do empreendedor prestou aqui. Não houve a exclusão, e, em
417 tese, seria um licenciamento simplificado, mas que é remetido para a
418 modalidade LAC1 por conta de fator locacional. Então a atividade permanece
419 listada na DN, tem os parâmetros de classificação, que no caso daria
420 licenciamento simplificado. Mas por força do fator locacional, que foi uma
421 novidade trazida pela DN 217, o empreendimento se regularizaria através da
422 modalidade LAC1.” Conselheiro Glauber Araújo de Freitas: “Elias, eu
423 concordo com você. É complexo dizer isso. Eu falo que concordo e depois
424 falo que discordo. Eu concordo que realmente existe um prazo, que é de 60

dias. A pessoa perdeu esse prazo. Deveria ter se posicionado antes dos 60 dias para pedir prorrogação automática. Já aconteceu conosco de empreendedor achar que essa renovação de 60 dias era automática, que quatro meses eram o padrão, e não era. O padrão é de 60 dias, e você pode pedir renovação de mais 60 dias, se o órgão acatar. Não se posicionando, a renovação é tida como acatada. O órgão ambiental já está supersaturado de muitos processos, poucos recursos. O empreendedor teve sua LP e LI. Ele errou por quatro ou cinco dias no pedido de prorrogação. Ou seja, do ponto de vista ambiental, ele não causou nenhum dano. Entendeu eu, pelo que analisei até agora. Posso estar sendo um pouco superficial por não ter estudado o processo inteiro, mas me parece que não teve nenhum dano ambiental. Teve um vício, que realmente ele perdeu esse prazo por quatro dias, mas ter que dar entrada a um novo pedido de LP e LI, vistoria, LO, eu acho que isso vai sobrecarregar muito mais o órgão ambiental. Eu acho que, se cabe a este Conselho opinar alguma coisa – eu fico super desconfortável de votar contra a posição dos analistas da Supram, do jurídico –, nesse caso aqui, nós deveríamos desarquivar e dar a chance ao empreendedor de ter uma LOC, uma Licença de Operação Corretiva, para que possa tentar compensar esse erro de ter perdido esses quatro dias. Mas arquivar o processo e recomençar tudo do zero, eu tenho que discordar. É a minha visão como empreendedor. Você como jurídico tem seus argumentos, eu entendo, mas acho que podemos tentar ser um pouco mais práticos nesse sentido, de nos colocarmos do lado do empreendedor e analisar do ponto de vista ambiental. Nós estamos trazendo algum dano ambiental em concordar com isso? É essa a minha provocação.” Elias Nascimento de Aquino/Supram Zona da Mata: “Salvo engano, conselheiro, a LI desse empreendimento ainda está vigente. Sendo apresentado um novo processo de LO, à medida que os prazos de LP e LI pressupõem uma decadência dos estudos ambientais apresentados – aí teríamos que avaliar –, eu imagino que seja viável a formalização de uma nova LO, fundada na LI que foi deferida. Então não é de se dizer que o empreendedor vai se sobrecarregar. Nós temos que avaliar os instrumentos de que dispomos na legislação relacionada às modalidades e às sequências das etapas do licenciamento do que ele poderia formalizar o processo. Não é efetivamente um desastre para o empreendimento, nesse caso, porque ele tem a LI vigente ainda.” Conselheiro Henrique Damasio Soares: “Só uma dúvida. A taxa, como é que fica se o recurso não for acatado aqui na URC?” Elias Nascimento de Aquino/Supram Zona da Mata: “Salvo engano, é microempresa. É isenta de acordo com a lei de taxas.” Conselheiro Glauber Araújo de Freitas: “Eu acho que essa confirmação é importante. Se a pessoa puder simplesmente entrar com novo requerimento de LO, eu acho que é o mínimo que o empreendedor tem que fazer para compensar esse seu erro processual. Mas como vamos saber? Cabe pedido de vista neste momento, para podermos ter tempo de

entender isso, para, na próxima Plenária, esse assunto voltar novamente com mais informações? Ou não cabe mais?” Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “Regimentalmente, sim, mas eu acho que vai prejudicar mais ainda. Como dito pelo colega Elias, se ele tem a possibilidade de a Licença de Instalação estar válida, entrar com nova LO, sem taxa, poder dar decorrência ao andamento desse processo... O senhor pode pedir vista, o senhor vai prejudicá-lo mais ainda. Justamente por causa da decorrência temporal das pautas.” Conselheiro Glauber Araújo de Freitas: “O empreendedor pode nos informar até quando estão valendo a LP e LI ou alguém da Supram?” Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “Só para registrar, foi dito pelo empreendedor que a data é 27 de maio de 2019. Então, conselheiro, ele está com a LP e LI ainda válidas, e eu acredito que os argumentos da Supram sejam imprescindíveis aqui para a tomada de decisão do senhor.” Conselheiro Glauber Araújo de Freitas: “Sim. Eu estou retirando o pedido de vista, acreditando que o empreendedor terá direito de entrar com novo processo de LO sem ter que entrar com o processo todo de licenciamento ambiental. Porque, segundo ele, pelo fator locacional, vai dar LAC1. Então eu estou acreditando que ele vai simplesmente fazer o que fez lá atrás, em 20 de agosto de 2015: formalizar um novo pedido de LO. Seria isso mesmo?” Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “Sim.” Conselheiro Glauber Araújo de Freitas: “Dessa maneira, eu retiro meu pedido de vista.” Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “Esclarecida a questão, então nós vamos dar andamento à pauta. Vamos colocar o processo em votação? Item 6, mais especificamente, 6.1. Aqueles que estão de acordo com o parecer da Supram permaneçam como estão. Aprovado, sem abstenções.” **7) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO DE AUTOS DE INFRAÇÃO. 7.1) Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Aeroporto Municipal Francisco Álvares de Assis. Aeroportos. Juiz de Fora/MG. PA 16388/2013/001/2014. AI 65060/2014. Apresentação: Supram Zona da Mata. Aprovado por unanimidade o Parecer Único da Supram Zona da Mata, que opina pelo não conhecimento do recurso ante a sua intempestividade. 7.2) Dnit - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Retificação de curso d'água. Juiz de Fora/MG. PA CAP 520097/18. AI 65085/2014. Apresentação: Supram Zona da Mata. Recurso indeferido por unanimidade nos termos do parecer da Supram Zona da Mata. 7.3) MSM - Mariana Soapstone Mining Mineração e Comércio Ltda. Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento. Piranga/MG. PA CAP 494989/2017. AI 07482/2017. Apresentação: Supram Zona da Mata.** Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “No item 7.3, nós tivemos destaques da Fiemg e da Abragel. Então eu vou a palavra ao conselheiro da Fiemg, inicialmente.” Conselheiro Henrique Damasio Soares: “Primeiramente, boa tarde. É a minha primeira reunião aqui na URC. Eu sou suplente da Federação das Indústrias. Em relação ao item 7.3,

511 primeiramente eu queria perguntar para a Supram se no caso não se
512 aplicaria nenhuma atenuante. Eu não entendi direito se essa avaliação foi
513 regida pelo Decreto 47.383 ou pelo Decreto 44.844. Mas de toda forma, no
514 próprio parecer da Supram, fala-se que o empreendedor fez a drenagem,
515 protocolizou os documentos, porém, sem a ART do engenheiro de minas
516 para fazer, pelo que entendi, o sopé da pilha de estéril, a drenagem, como
517 medida de controle. A própria Supram considerou que ele implantou a
518 medida, mas eu não consegui analisar se a Supram aplicou atenuante ou a
519 do Artigo 85 do Decreto 47.383 ou a alínea primeira do Artigo 68 do Decreto
520 44.844. Eu queria esse esclarecimento. E também, em relação a um
521 posicionamento que a Fiemg tem tido junto a todas as Câmaras do Estado,
522 tanto na CNR quanto nas Suprams, sobre o reajuste das multas. Eu estou
523 aqui com o posicionamento da Fiemg. O que acontece hoje? O valor da
524 multa é reajustado pela taxa Selic, e uma multa, vamos dizer assim, de R\$
525 20 mil, até ser julgada – e podem passar dois, três, cinco e até mais anos –,
526 essa multa de R\$ 20 mil pode chegar até R\$ 2 milhões. Então nós estamos
527 até orientando os empresários a abdicarem de fazer a defesa em algumas
528 vezes para não gerar esse ajuste, que, no nosso entender, teria que ser
529 aplicada a taxa do TJ, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, e a taxa Selic
530 seria aplicada após o 21º dia. Assim, quando ela deixar de ser recorrível,
531 tramitada em julgado, aí, sim, seja considerado um crédito não tributário
532 sujeito a inscrição em dívida ativa. Tanto a Lei Tributária nacional, federal,
533 que é a 4320/64, quanto a própria Lei Estadual Tributária, através do Artigo
534 50, falam que ‘a taxa Selic ou outro crédito que vierem a ser adotado para
535 cobrança dos débitos fiscais federais incidirá a partir do momento em que se
536 tornar exigível o crédito, respeitando-se os índices legais fixados ou
537 pactuados para o período antecedente à inscrição em dívida ativa’. O
538 Decreto 47.383, nós não concordamos com o Artigo 113 e o parágrafo 3º,
539 que o valor deverá ter a forma de atualização a partir da definição da
540 penalidade com a taxa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, a taxa
541 Selic. Existe um parecer. As Suprams se baseiam no parecer da AGE para
542 cobrança de taxa Selic. Porém, a Fiemg está em tratativa nas Câmaras para
543 expor esse posicionamento, porque considera desproporcional. Dependendo
544 da Supram, a análise é tão morosa que o empreendedor tem que arcar com
545 o ônus depois, que é muito maior do que até mesmo o último grau da
546 tipificação da infração. Então eu gostaria que fosse deliberado nesse
547 processo para que seja considerada a taxa do TJ. E a partir do momento,
548 que seria hoje, até o último recurso para essa autuação, aí, sim, a cobrança
549 do crédito através da taxa Selic. Esse é o posicionamento da Fiemg nesses
550 casos.” Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “Conselheiro, eu vou
551 passar a palavra ao representante da Supram para responder o seu
552 questionamento.” Wander José Torres de Azevedo/Supram Zona da Mata:
553 “Boa tarde a todos. Wander, analista ambiental da Supram Zona da Mata,

ligado à Diretoria de Controle Processual. Caro conselheiro, sobre o processo, há de se considerar alguns aspectos. Eu sou da parte jurídica, nós mexemos com essa parte mais processual. Esse processo decorreu de um auto de infração que foi descaracterizado. Houve a descaracterização por vícios formais. Isso acontece. Mas a infração em si existia, em decorrência da lavratura do auto de fiscalização. Em decorrência disso, foi lavrado um outro, em substituição ao anterior. Aí foi quando a empresa tomou as medidas de salvaguardas ambientais que teriam sido constatadas na época. Eu não fui a campo, a área técnica poderia descrever melhor, mas os estudos demonstram claramente. Sobre as análises das atenuantes, especificamente, eu creio não haver a existência de nenhuma. Porque há uma necessidade de se fazer uma coisa um tanto quanto imediata da autuação. E temos uma descaracterização, uma nova autuação e nova ação da empresa. A área técnica não considerou a existência de nenhuma das atenuantes. E passando em revista à argumentação apresentada pelo nobre conselheiro, o processo foi lavrado em 2017. Então não vigia o novo decreto, que foi publicado recentemente, em 2018. Então é o tempo que rege o ato da lavratura de auto de infração. Então há de se considerar as atenuantes, as agravantes, as reincidências ou os requisitos da legislação da época, tendo em vista que no novo decreto não há nenhuma regra de transição. Então fechando a questão, basicamente, as atenuantes não foram identificadas pelo setor responsável, e a legislação aplicada realmente ao caso é o antigo decreto. Agora, sobre a aplicação da tese da Fiemg sobre a correção dos juros, eu gostaria só de lembrar que nós estamos diante de um processo de natureza não tributária. Os créditos decorrentes de multa possuem uma contratação jurídica de não tributários. Então eu, particularmente, tenho que discordar do posicionamento em decorrência disso, da aplicação de mecanismo de regras tributárias a débitos não tributários. Além disso, nós temos também o Parecer da AGE nº 15.333, que fala sobre a regra de aplicação e correções dos débitos de natureza não tributária no Estado de Minas Gerais, ao qual nós estamos todos submetidos, tendo em vista a aprovação pelo procurador geral do Estado. Então dentro dessa análise apresentada pelo nobre conselheiro, nós temos que discordar e mantemos o nosso posicionamento pelo indeferimento tal como foi apresentado no processo.” Conselheiro Henrique Damasio Soares: “Só uma questão. Quando você falou que não foi observada a questão da atenuante é porque ele não efetuou ou não foi verificado isso no local?” Wander José Torres de Azevedo/Supram Zona da Mata: “Eu vou fazer uma correção melhor, com maior precisão. Não foi identificada nenhuma atenuante pelo setor, porque, se tivesse sido identificada, ela teria sido concedida.” Elias Nascimento de Aquino/Supram Zona da Mata: “Só complementando isso, conselheiro, é importante ter em consideração que as atenuantes têm que ser observadas no momento da fiscalização. Então eventual medida que o empreendedor

tenha adotado no futuro é obrigação decorrente de imposição da lei, da reparação dos danos causados ao meio ambiente e evitar que a atividade que, no caso, é a pilha de estéril, sem os devidos sistema de controle, corra o risco de continuar causando degradação ambiental. Então caso ele tenha adotado as medidas para evitar que novos danos sejam causados, isso evita que ele sofra novas autuações. Se no momento da fiscalização o pessoal tivesse constatado que, embora tivesse ocorrido a infração ambiental naquele momento em que a fiscalização, que tinham sido adotadas medidas de reparação de danos, faria jus à incidência de atenuante, o que não foi verificado no momento da fiscalização.” Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “A resposta está satisfatória, conselheiro? Posso passar a palavra ao outro destaque?” Conselheiro Henrique Damasio Soares: Sim.” Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “Eu vou dar a palavra então ao conselheiro da Abragel.” Conselheiro Glauber Araújo de Freitas: “Eu queria saber se o empreendedor está presente aqui hoje. Se ele não está preocupado, eu estou. A princípio eu queria perguntar para o Wander para me explicar. Eu achei o valor meio desproporcional: R\$ 43 mil por falta de canaleta de drenagem em torno da pilha de estéril. Nós tivemos um processo aqui do Dnit, que ficou 1.520 metros de um ribeirão, através de galeria de concreto. Embora eu ache necessário fazê-lo, ele não tirou a licença, então tem que ser autuado. Mas foi uma multa de R\$ 29 mil. E essa é uma multa de R\$ 43 mil por falta de uma canaleta de drenagem. Nós que andamos em estrada rural, por exemplo, estrada vicinal de terra, o que mais vemos são descidas d’água de tempo em tempo, para não acabar com a estrada, sem nenhum controle. Isso fatalmente carrega sedimentos, e isso vai parar no rio. Então eu achei meio desproporcional uma multa de R\$ 43 mil, tomando como exemplo outras músicas que nós tivemos aqui, como da Prefeitura de Juiz de Fora, que estava operando o aeroporto sem licença: R\$ 70 mil. O Dnit retificou 1.520 metros lineares de um corpo d’água sem licença, sem intervenção em mananciais, e foi multado em R\$ 29 mil. Então esses R\$ 43 mil eu achei um pouco desproporcional, no meu modo de ver. A questão que o Dr. Elias trouxe para nós aqui, sobre a questão da atenuante, de que tem que ser no ato da fiscalização, eu, como empreendedor também em paralelo à função de conselheiro, acho difícil no ato da fiscalização você já propor. Vai pegar uma enxada na hora e começar a abrir uma canaleta, ‘traz a máquina aqui’. É difícil, a não ser que seja uma coisa pequena. ‘Aquele seu tambor de óleo não está com bacia de acumulação’. Se estourar o recipiente, tem que ter uma bacia de segurança, bacia de contenção. ‘Essa eu tenho guardada ali dentro e vou corrigir na hora’. Você vai lá e põe a bacia. Algumas coisas são mais fáceis de você realmente, no ato da fiscalização, propor uma medida. Mas um conceito como esse é muito difícil. Então esperar uma atenuante para um caso desse, esperar que o empreendedor nesse momento faça alguma medida para isso, é complicado. Então eu queria só

640 provocar. Eu imagino que essa questão da atenuante deve ter todo um
641 procedimento, não é algo subjetivo, é algo objetivo. Mas fica aqui a minha
642 provocação com o operacional. Como se operacionaliza a pessoa tomar uma
643 medida atenuante no ato da fiscalização. É muito difícil. Então recapitulando,
644 o valor da multa eu achei um pouco alto. Gostaria que me esclarecessem por
645 que essas divergências tão grandes de valores em relação ao outro. Volto a
646 dizer, deve ter um fundamento. Mas eu quero saber. E essa questão de a
647 pessoa atuar no ato da fiscalização, o que eu acho muito difícil. Então eu
648 entenderia que poderia caber uma atenuante já que ele tomou as medidas. E
649 vou até além. O laudo apresentado pelo engenheiro geólogo Sr. Carlos
650 Lopes, na página 11/14. Fala que ele apresentou o laudo no dia 10 de
651 outubro de 2016, sendo que ele mostrou que existia já uma canaleta com
652 algumas pedras de matações de 50 cm de diâmetro para conter esse
653 processo erosivo. Na sequência, diz que 'levou-se a crer que o citado
654 sistema de controle ambiental – quero dizer essa canaleta com os matações
655 de 50 cm – foi implantado pelo empreendedor posteriormente à vistoria. Ou
656 seja, levou-se a crer. Vocês constataram que foi feito antes mesmo? Essa é
657 a minha pergunta.” Wander José Torres de Azevedo/Supram Zona da Mata:
658 “As multas são proporcionais, sim. É que nesse caso teve uma agravante,
659 porque é dentro da APA do Piranga. Então a resposta é essa, a multa, na
660 sua essência, é proporcional, mas houve uma agravante. Com as correções
661 determinadas pelo parecer da AGE deu R\$ 15.333. Mas nesse caso, dentro
662 de um processo de unidade de conservação, houve essa agravante. Sobre
663 atenuante, há de se considerar que o auto de fiscalização foi em 6 de julho
664 de 2016. Agosto, setembro, outubro. Ele tomou as medidas.” Conselheiro
665 Glauber Araújo de Freitas: “Em outubro, ele apresentou o laudo. Não
666 sabemos quando tomou a medida. Pode ter sido no dia seguinte.” Wander
667 José Torres de Azevedo/Supram Zona da Mata: “Justamente, o
668 empreendedor tem que apresentar para nós uma maneira clara, específica,
669 sem dúvida. Inclusive, o laudo apresentado nós consideramos, tendo em
670 vista a boa-fé administrativa, porque realmente fez um relatório técnico. Mas
671 seria interessante apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica. Mas
672 nós consideramos, dentro da boa-fé objetiva, que ele realmente tomou as
673 medidas. Não foi imediato, o que faria, eventualmente, jus para eventuais
674 atenuantes. Mas tomou as medidas. Porque a consequência de se tomarem
675 as medidas para recompor o sistema ambiental, ao qual ocasionou
676 degradação, tem efeito prático em outra pena que foi apresentada nos autos
677 de infração, que não consta no recurso, mas foi feita na análise do processo
678 em primeira instância administrativa, com a pena de paralisação. Então nós
679 estamos diante de um processo de auto de infração que teve pena de
680 paralisação. Em decorrência disso, ele foi tão rapidamente analisado. Em
681 decorrência da boa-fé administrativa, apresentação do documento que
682 provou a readequação do sistema, o efeito prático disso foi o levantamento

da pena de paralisação. Ele não colocou apenas e tão somente visando eventuais atenuantes, porque dada a necessidade de ser imediata, conforme determinava o artigo Decreto 44.844, Artigo 68 e seus incisos, apesar de não ter sido isso, foi considerado o documento para efeitos práticos nos autos do processo, em decorrência da pena de paralisação. Então não teve a atenuante, mas teve um efeito positivo para o empreendedor, o que eu acho que é o objetivo do auto de infração. Se não fez administrativamente, voluntariamente, compelir agora para tomar as medidas adequadas. Então a fiscalização agiu, só não identificou nenhuma atenuante. Houve, inclusive, a aplicação de um agravante. Aí a proporcionalidade da multa com que você se espantou.” Elias Nascimento de Aquino/Supram Zona da Mata: “Como o Wander mencionou, conselheiro, os critérios para aplicação das penalidades são objetivamente definidos no regulamento. Então o senhor pode observar que, em relação à infração praticada pelo empreendedor, é considerada uma infração gravíssima, em razão da poluição ou degradação ambiental constatada. Além disso, incidiu um agravante, que acresce pelo menos em 30% sobre o valor base da multa, que é calculado em razão da gravidade da infração. Eu não vou lembrar de memória aqui em relação à canalização promovida pelo Dnit. Embora seja uma obra de maior dimensão e que, à época, era considerada, em razão da DN 74, em relação à atividade potencialmente poluidora, classe 5, na época, não foi constatada a ocorrência de poluição ou degradação. Então o fato de instalar obra potencialmente poluidora, não sendo constatada a poluição, isso traz a infração de gravíssima para grave. Se fosse constatada poluição ou degradação, seria uma infração gravíssima. Em razão do porte, esse empreendimento provavelmente teria o valor da multa muito superior a esse aplicado em relação à MSM. Então são levados em consideração o porte do empreendimento, a ocorrência ou não de poluição ou degradação, se tem ou não decisão anterior definitiva no âmbito administrativo nos últimos três anos, considerada a reincidência. São fatores que são considerados na definição do valor da multa. Só um esclarecimento com relação à incidência da atenuante. Pode ocorrer, por exemplo, que o empreendedor, antes mesmo da fiscalização, tenha adotado as providências. Então independentemente da intenção do empreendedor, nós temos casos de empreendedores que nos comunicam da ocorrência de uma infração, e no momento da constatação já se observa que o empreendedor adotou todas as medidas necessárias à correção da sua atividade. Nesse caso, não é falar que o empreendedor tem alguns minutos, segundos, horas ou dias para tomar providência. É que, no momento em que a autoridade tomou conhecimento, o empreendedor se antecipou para corrigir as consequências da sua atividade. No caso, o empreendedor só tomou a providência de corrigir quando houve constatação e aplicação da penalidade. Então nesse momento não tem que se falar em incidência da atenuante, porque do contrário nós teríamos que esperar que o

empreendedor tomasse alguma providência para só depois lavrar o auto de infração. E aí o servidor credenciado corre o risco de ser responsabilizado por deixar de tomar providência, inclusive, com aplicação de suspensão ou embargo da atividade, que tem que ser aplicado de imediato por força de lei, por força do regulamento. Então não é dizer que o empreendedor tem que fazer mágica para fazer desaparecer os resultados da poluição ou degradação. É que ele seja responsável bastante para tomar as providências sem que a autoridade ambiental aplique alguma penalidade.” Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “Satisfeito, conselheiro? Podemos seguir com a reunião ou ainda tem alguma fala?” Conselheiro Glauber Araújo de Freitas: “Sobre a questão que o Henrique trouxe de corrigir o valor da multa por Selic, no país que deve ter o quinto índice de juros mais alto do mundo, isso é um problema. Eu sei que não é neste fórum que nós vamos deliberar esse assunto, mas acho importante manifestar, pelo setor produtivo, que isso é um grande problema para o empreendedor, ter uma multa corrigida por Selic, ainda mais que o próprio órgão ambiental demora a se posicionar quando o empreendedor recorre. Se fosse uma coisa que em 60 dias estava resolvida, o empreendedor corria o risco de ficar 60 dias corrigido por Selic para ter uma decisão. Agora, demoram dois anos, três anos, quatro anos. Por Selic, é muito complicado. Eu sei que não é o fórum, sei que tem parecer da AGE. Naturalmente, o Estado quer arrecadar o máximo possível. Nós sabemos disso. Mas é um problema para este país Minas Gerais continuar corrigindo multa por Selic. Deveria ser como faz o Tribunal de Justiça. Sei que o Dr. Wander trouxe a questão da natureza tributária, eu não entendi muito bem, mas compreendi o racional que você quis dizer. Então eu deixo o meu manifesto aqui, pela Abragel, que achamos errado, realmente, corrigir isso por Selic. Espero que isso mude o mais rápido possível.” Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “Vamos pôr em votação o processo então. Item 7.3. Os conselheiros que são de acordo com o parecer da Supram permaneçam como estão.” Conselheiro Túlio César de Lucca Pereira: “Abstenção.” Conselheiro Henrique Damasio Soares: “Abstenção.” Conselheiro Glauber Araújo de Freitas: “Abstenção.” Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “Registradas as abstenções. Aprovado.” **7.4) Jacar Pneus Ltda. Recauchutagem de pneumáticos. Ubá/MG. PA CAP 509539/18. AI 65620/2015. Apresentação: Supram Zona da Mata.** Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “Item 7.4, destaque da Fiemg.” Conselheiro Henrique Damasio Soares: “Em relação a esse processo, o destaque é nessa questão do ajuste da multa. A Fiemg continua defendendo a tese de que a taxa Selic só a partir do 21º dia após a decisão administrativa definitiva.” Elias Nascimento de Aquino/Supram Zona da Mata: “Em relação a esse questionamento, conselheiro, nós retomamos os argumentos já apresentados pelo Wander, analista ambiental. Portanto, presidente, sendo esse o questionamento, eu acho que não há outras

contribuições, e poderia colocar em votação.” Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “Mais algum destaque? Mais alguma fala? O destaque já foi registrado. Colocaremos então em votação o item 7.4. Aqueles conselheiros que estão de acordo com o parecer da Supram permaneçam como estão.” Conselheiro Henrique Damasio Soares: “Abstenção Fiemg.” Conselheiro Túlio César de Lucca Pereira: “Abstenção.” Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “Aprovado.” **8) ENCERRAMENTO.** Presidente Thaís de Andrade Batista Pereira: “Nós encerramos aqui os itens da pauta. Estão todos analisados e com seus devidos destaques. Eu gostaria de agradecer aos senhores a presença, a disponibilidade de tempo, inclusive, também desejar boa viagem para aqueles que não são daqui. E dizer também muito obrigado. É um prazer estar aqui novamente com os senhores. Estamos também disponíveis não só lá na Supram, mas também no EIF, que é o órgão que representamos. Inclusive, na minha coordenadoria, assim que precisarem, estamos à disposição. Foi um prazer, e eu desejo uma boa tarde. Está finalizada a sessão.”

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

Thaís de Andrade Batista Pereira
Presidente suplente da URC Zona da Mata